

Japão quer o fim da moratória até o dia 27

São Paulo/Rogério Montenegro

Celso Horta

SÃO PAULO — O mês de setembro será inteiramente ocupado pela discussão da dívida externa, num cenário no qual não faltarão balões de ensaio, bravatas e contra-informações. Mas o dia D vai ser um domingo, 27, quando se reúne em Washington o comitê de bancos credores da dívida brasileira. Se nessa reunião as autoridades brasileiras, comandadas pelo ministro da Fazenda, Bresser Pereira, não lograrem selar um acordo com os bancos estrangeiros, na quarta-feira, 30, o país poderá sentir na pele as consequências da decretação de sua moratória.

É justamente nesse dia em que se expira o prazo para que o governo japonês decida o que os seus bancos privados devem fazer com o crédito de 12 bilhões de dólares que o Brasil deixou de honrar a partir do dia 20 de fevereiro. Os balanços semestrais dos bancos privados japoneses são fechados nos últimos dias de março e setembro de cada ano.

“No final de março — conta Toshiro Kobayashi — diretor-presidente do Banco de Tokyo no Brasil — com apenas 50 dias de moratória, o governo orientou os bancos japoneses para que não fizessem nada em relação à dívida brasileira, e contabilizassem seus créditos como juros a receber”. Mas, agora — continua Kobayashi, 54 anos, 13 dos quais no Brasil —, passados outros

Os bancos credores ameaçam declarar Brasil inadimplente

seis meses, no fechamento de um novo balanço, o governo terá que definir como esse crédito será contabilizado.

O que está em jogo, além da credibilidade internacional do Brasil, é também uma linha de curto prazo de financiamento das exportações brasileiras, de cerca de 400 milhões de dólares.

O Japão é o segundo maior credor do Brasil, depois dos Estados Unidos, que detêm 17 bilhões de dólares de créditos, e antes das agências governamentais, para as quais o país deve 10 bilhões de dólares.

No comitê de bancos credores, por outro lado, o Banco de Tokyo tem importância ímpar: diferente dos bancos americanos, que são representados individualmente, o Banco de Tokyo representa 40 bancos asiáticos, que se reúnem antes e tomam deliberações comuns. É em nome desse conjunto de credores que o presidente do Banco de Tokyo no Brasil expressa sua

Toshiro Kobayashi



preocupação no sentido de que as autoridades brasileiras procurem achar uma solução que torne possível levantar a moratória da dívida brasileira, evitando que o Brasil seja declarado inadimplente.

Kobayashi acredita que, para o Brasil afastar esse risco, é necessário que reabra efetivamente as negociações e dê um sinal que represente o levantamento efetivo da

moratória. Mas, em nome de seu banco, ele diz que o deságio pretendido pelas autoridades brasileiras não é aceitável. Por isso questiona a proposta do ministro Bresser Pereira no sentido de converter parte da dívida em títulos, aplicando-se o deságio de 30% sobre eles.

Conversão viável — Mas a conversão da dívida em investimentos no Brasil é parte dos propósitos do Banco de Tokyo. “Eu estou convertendo nosso crédito em capital do nosso próprio banco — diz Kobayashi. Já converti 5 milhões de dólares e temos planos de converter outras centenas de milhões de dólares em capital do banco”.

Para isso ele conta com um resultado de investimento no mercado financeiro nacional como uma rentabilidade média, ou

Recursos agora vão para os EUA, Europa e a Ásia

pouco superior aos investimentos em outras praças em que o Banco de Tokyo está instalado. “Acho que o Brasil está crescendo e que o Banco de Tokyo tem que acompanhar esse crescimento”, argumenta Kobayashi.

Mas, à entrada de dinheiro novo no mercado de capitais o Brasil não tem qualquer chance. Apenas este ano o Japão coloca 80 bilhões de dólares nos mercados dos EUA, Europa e Ásia, para onde se dirigem pelo menos 10 bilhões de dólares. Era parte desse dinheiro que, em outras circunstâncias, o Brasil poderia estar disputando com a Coreia, que mantém um processo de crescimento econômico bastante parecido com o brasileiro.

“A longo prazo, o Brasil vai pagar os 100 bilhões de dólares que deve no mercado internacional”, acredita Kobayashi. Há condições de mercado para que isso seja possível. Os Estados Unidos têm que importar para seu consumo interno e, se não comprar do Japão, têm que comprar em algum lugar. É aí que o Brasil pode concorrer, porque, com os recursos que dispõe, exportar 24 bilhões de dólares ainda é pouco para o Brasil. Eu acho que ele pode chegar até a meta de exportar 50 ou 60 bilhões de dólares”.